

Foto de Gerardo Magela



Sarney (conversando com Tasso Jereissati, Mário Couto e Alvaro Dias) destaca produtividade de março

Senado vota 150 matérias em apenas um mês

O Senado votou 150 proposições em março – o melhor desempenho nesse mês nos últimos dez anos. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, José Sarney, ao ler na sessão de ontem levantamento realizado pela Secretaria Geral da Mesa. De acordo com Sarney, a análise da produção legislativa do Senado não deve considerar apenas os números. “Quando

se leva em conta o conteúdo, verifica-se também que as matérias cobrem amplo espectro, que percorre temas econômicos, sociais e jurídicos”, observou. Para ele, “a variedade dos assuntos apreciados demonstra que o Senado encontra-se em pleno funcionamento, no desempenho de sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país”. **3**

Doação: procuradora nada encontra sobre senadores

O corregedor do Senado, Romeu Tuma, disse que a procuradora Karen Jeanette Ihe informou que não há nada contra partidos e sena-

dores no caso relativo à Operação Castelo de Areia. José Agripino e Flexa Ribeiro querem esclarecer vazamento de informações. **8**



Romeu Tuma presta esclarecimento em Plenário, ao lado de Antonio Carlos Júnior e José Agripino

Em defesa de um pacto para salvar municípios

Nova repartição de receitas e encargos entre União, estados e municípios é defendida em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos

A crise enfrentada pelos municípios levou vários senadores a defenderem ontem uma nova ordem federativa – assunto que deverá ser estudado por subcomissão de parlamentares que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Flexa Ribeiro sugeriu a definição dos membros dessa subcomissão, e o presidente da CAE, Garibaldi Alves, prometeu colocar a proposta em pauta na próxima reunião do colegiado.

Representantes dos municípios, Paulo Ziulkosky e João Paulo Silva propuseram uma moratória das dívidas previdenciárias – mais de 2.500 municípios estão impedidos de assinar novos convênios para receber recursos porque não podem apresentar certidão negativa de débitos. **4 e 5**



Na audiência pública da CAE, Garibaldi Alves, Delcídio Amaral e a deputada Rose de Freitas

CCJ acata ampliação do acesso ao FGTS para compra de imóvel

Financiamentos habitacionais feitos por fundos de pensão poderão vir a ser pagos com recursos do FGTS, de acordo com projeto de Paulo Paim aprovado pela Comissão de Justiça e que será agora votado terminativamente pela CAS. **7**

Isenção a artigo escolar vai ao exame do Plenário

Por falta de consenso em comissão, projeto que estabelece benefícios fiscais para artigos escolares deverá ser examinado pelo Plenário do Senado. **4**

Aprovada a criação do programa Cesta Básica do Livro

A Comissão de Educação aprovou projeto que autoriza a criação, no Ministério da Educação, de programa que visa oferecer livros a famílias de estudantes. **2**

Mirica Kalline

Gerardo Magela

Estudos recentes demonstram a diferença positiva do desempenho escolar de crianças que dispõem em suas casas de livros, revistas e jornais, afirma Cristovam Buarque ao justificar a proposta de programa a ser implementado pelo MEC



Flávio Arns (E) preside reunião da CE que aprovou proposta sobre a oferta, pelo Executivo, de livros de conteúdo artístico, literário ou científico a famílias de estudantes

Comissão aprova projeto para incentivar o braile

Com a presença de entidades de defesa dos direitos dos deficientes visuais, a Comissão de Educação aprovou ontem projeto de Flávio Arns (PT-PR) que institui o Dia Nacional do Sistema Braile. A proposta, relatada por Cristovam Buarque, destaca a necessidade de incentivar a publicação de obras nessa linguagem.

A integração da pessoa cega na sociedade e no mercado de trabalho, a difusão de informação e orientação sobre prevenção da cegueira e sobre novas tecnologias de acessibilidade foram incluídas na proposição.

Também foi aprovado substitutivo de Cristovam a projeto de Adelmir Santana (DEM-DF) que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama (DF). A CE acolheu ainda projeto de Paulo Paim (PT-RS), relatado por Pedro Simon (PMDB-RS), que institui a Escola Técnica Federal de Piratini (RS).

Criação do programa Cesta Básica do Livro é autorizada

PROJETO QUE AUTORIZA a criação, no âmbito do Ministério da Educação, do programa Cesta Básica do Livro, foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo.

A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF), autoriza o Executivo a oferecer, a cada família com filhos entre seis e 18 anos que estudam em escolas públicas, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, a cada bimestre letivo.

Com parecer favorável do relator, Marco Maciel (DEM-PE), o projeto (PLS 278/08) determina que os livros serão escolhidos a partir de um catálogo a ser elaborado pelo ministério, com a aprovação da Câmara de Educação Básica, vinculada ao Conselho Nacional de Educação.

Na justificativa da matéria, Cristovam afirma que estudos

recentes demonstram a diferença positiva do desempenho escolar de crianças que dispõem em suas casas de livros, revistas e jornais.

Na opinião do senador, o programa terá um efeito positivo "para a criação de hábitos mais evoluídos de consumo, hoje reservados às classes médias da sociedade brasileira".

Professores

Também foi aprovado pela comissão requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) para realização de audiência pública sobre a implantação da lei que estabelece piso salarial para docentes (Lei 11.738/08), e a aplicação da que trata da aposentadoria dos professores que exerceram cargos de direção, coordenação e assistência pedagógica (Lei 11.301/06).

Para o debate serão convida-

dos os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin Leão; do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Maria Auxiliadora Rezende; e da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), Justina Ivã de Araújo Silva.

Ainda de autoria de Ideli, foi acolhido requerimento para que o presidente da comissão, senador Flávio Arns (PT-PR), marque audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, para tratar do andamento de ação direta de inconstitucionalidade impetrada contra a implantação da Lei 11.738/08.

A audiência também deverá contar com as presenças dos ministros Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes Direito.

Mathias de Souza toma posse como vice-reitor da Unilegis

Na cerimônia em que deu posse, ontem, ao professor Carlos Fernando Mathias de Souza no cargo de vice-reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), o presidente do Senado, José Sarney, elogiou os cursos oferecidos pela instituição, lembrando que ela já ofereceu formação acadêmica a 50 mil pessoas e, atualmente, conta com outras 7 mil em seu sistema, tendo aulas diretas ou pelo ensino a distância. De acordo com Sarney, a Unilegis e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) "têm prestado inestimável serviço ao país".

– A Unilegis foi formada como desdobramento do sistema que criamos, dentro do Senado, para melhorar os nossos recursos humanos, formar e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar os quadros, não só da nossa Casa, como também das câmaras municipais e das assembléias legislativas.

O senador afirmou que esse trabalho acadêmico vem sendo feito, há mais de dez anos, com grandes resultados.

– O ILB já formou pessoal nos tribunais, nos órgãos federais, na Presidência da República, no Itamaraty. E estamos mantendo permanentemente uma recicla-



Heráclito (E), Marco Aurélio, Sarney, Dom Lorenzo, Cesar Asfor e Meguerian na posse de Mathias de Souza (à tribuna)

gem, de tal modo que o núcleo do nosso funcionalismo é um dos melhores do serviço público do Brasil. Hoje, há mais de 3 mil municípios incluídos nesse trabalho silencioso, mas muito efetivo. E graças às atuais técnicas de comunicação, estamos expandindo cada vez mais. É evidente que só o nome de universidade nos dá uma grande responsabilidade – frisou.

Posse

Foi a propósito dessa responsabilidade acadêmica que Sarney disse ter sugerido ao 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes

(DEM-PI), o nome do professor Carlos Fernando Mathias de Souza para assumir a Vice-Reitoria da Unilegis, tão logo soube que ele estava se aposentando no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mathias de Souza, desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, tomou posse ontem como vice-reitor. Na ocasião, afirmou que pretende agregar novos conhecimentos e desenvolver pesquisa e extensão universitárias.

O vice-reitor acadêmico anunciou que pretende implementar proposta do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro

Ubiratan Aguiar, o qual sugeriu a introdução de cursos de formação de gestores públicos. Mathias de Souza disse ainda que considera a Unilegis "não somente uma universidade corporativa, mas especializada".

Também estiveram na cerimônia de posse o vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio; o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal; o Nuncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri; o presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha; e o desembargador Jirair Meguerian, presidente do TRF 1ª Região.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MP sobre parcelamento de débitos em pauta

A sessão, às 14h, é deliberativa. O primeiro item da pauta é o projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória 449/08, que altera a legislação tributária federal para estabelecer novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais.

Sarney preside a ordem do dia

O presidente do Senado, José Sarney, comanda, às 16h, os trabalhos da ordem do dia.

CCT poderá debater preço de combustível

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se às 9h30. O primeiro item da pauta é um requerimento de audiência, em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA), sobre a sistemática de formação de preços dos combustíveis. Também podem ser votadas 25 autorizações para emissoras de rádio e TV.

Audiência com o ministro do Esporte

Às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência pública com o ministro Orlando Silva, para tratar dos programas prioritários – as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério do Esporte.

CCJ discute mudanças na prisão especial

Projeto que altera a legislação sobre prisão especial para diplomados em nível superior deve ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Também estão na pauta de 57 itens propostas sobre a repressão ao crime organizado e sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.

CDH vota projeto sobre prevenção de doenças

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se, às 9h, para analisar, entre os sete itens da pauta, substitutivo a projeto que define práticas preventivas e estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

CRISE ECONÔMICA

Tuma relata encontro do PTB com Meirelles

Romeu Tuma (PTB-SP) relatou ontem encontro entre a bancada do seu partido e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em almoço na sede da instituição. Tuma elogiou a política de aumento das reservas cambiais – que chegaram a US\$ 205 bilhões no início da crise – adotada pelo BC.

– Essa reserva teve a virtude de ajudar as empresas com dívidas em dólar e que não encontravam a moeda para comprar – disse o senador.

PROTESTO



Moreira Mariz

José Nery alerta para caos na saúde em Belém

José Nery (PSOL-PA) denunciou as más condições em que se encontra a saúde pública no Pará. Ele destacou, especialmente, a situação da capital, Belém, onde, segundo disse, há semanas os meios de comunicação “estarcem o público com imagens de desassistência a pessoas humildes”. O senador afirmou que dezenas de mortes evitáveis estão ocorrendo porque os hospitais se encontram incapacitados para cumprir sua missão. Relatou que faltam médicos, medicamentos, equipamentos e recursos básicos.

EMPREENDIMENTOS

Ideli lembra aprovação de MP da Eletrobrás

A participação do Senado no processo que autorizou a Eletrobrás a participar de consórcios de grandes empreendimentos foi ressaltada por Ideli Salvatti (PT-SC). De acordo com a senadora, depois da mudança, a estatal aumentou seu lucro em 296%. Ideli referia-se à aprovação da MP 396/07, com emenda da Câmara permitindo que a estatal entrasse em novas sociedades com empresas privadas do Brasil e do exterior, sem novos aportes de recursos e com poder de controle acionário.

UNIVERSIDADES

Jayme Campos celebra aprovação de projetos

Jayme Campos (DEM-MT) festejou a aprovação, pela Comissão de Educação, de projetos que autorizam a criação das universidades federais de Barra do Garças (Unibarças) e do Norte de Mato Grosso (Ufenorte). As propostas seguem para a Câmara. A Unibarças irá beneficiar 31 municípios do Araguaia mato-grossense, informou o senador. Já a Ufenorte, em Sinop, poderá pesquisar “um novo padrão científico para a ocupação do solo com a redução dos impactos ambientais”, destacou.

Presidente da Casa avalia estatísticas de votação como indicativo de que a instituição “encontra-se em pleno funcionamento” e está retomando a capacidade de propor e aprovar leis. Apenas um projeto do Executivo foi aprovado

Senado vota 150 proposições em março, melhor desempenho dos últimos anos

ESSE FOI O mês de março mais produtivo do Senado nos últimos dez anos. De acordo com levantamento feito pela Secretaria Geral da Mesa, lido em Plenário pelo presidente José Sarney, a Casa votou 150 matérias nesse período. Nos dois anos anteriores, no mesmo mês, esse número foi de 132.

Das 150 matérias votadas, duas são projetos de lei de conversão decorrentes de medidas provisórias. Também foram aprovados outros 20 projetos de lei, 15 deles votados pelo Plenário e cinco pelas comissões em decisão terminativa. Dos projetos de lei aprovados, cinco foram enviados para apreciação da Câmara e dez encaminhados à sanção do presidente da República.

Apenas um desses 20 projetos, sem contar as duas medidas provisórias, foi de iniciativa do Executivo. O presidente Sarney salientou que esse fato sinaliza que o Senado está resgatando sua atribuição típica de propor e aprovar leis.

Ainda dentre as proposições apreciadas em março, foram aprovados sete atos internacionais e 17 indicações de embaixadores ou autoridades. As demais matérias foram projetos de resolução, projetos de decreto legislativo e requerimentos.

– A análise da produção legislativa do Senado Federal não deve considerar apenas os números. Quando se leva em conta o conteúdo, verifica-se também que as matérias cobrem amplo



Gerardo Magalhães

José Sarney leu em Plenário levantamento da Secretaria Geral da Mesa

espectro, que percorre temas econômicos, sociais e jurídicos – destacou Sarney.

Para ele, a “variedade dos assuntos apreciados demonstra

que o Senado encontra-se em pleno funcionamento, no desempenho de sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país”.



Gerardo Magalhães

Senadores em Plenário: em março foram votadas duas medidas de combate à crise e regulamentado o crédito cooperativo

Matérias de relevância econômica e social

As matérias votadas pelo Senado em março abrangeram temas de grande alcance. Na área econômica, foi aprovado, por exemplo, o Projeto de Lei de Conversão 31/08 (proveniente da Medida Provisória 445/08), que autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar ao financiamento do setor da construção civil parte dos dividendos e juros que deveriam ser recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional. A medida foi uma das providências adotadas pelo governo federal no intuito de enfrentar as consequências da crise financeira internacional.

O outro projeto de conversão acatado, o PLV 1/09 (oriundo da MP 447/08), ampliou os prazos para o pagamento de impostos e contribuições, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte

(IRRF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o recolhimento das contribuições previdenciárias.

O Senado também estabeleceu regras para o funcionamento do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. O texto enviado à sanção (substitutivo da Câmara ao PLS 293/99) pretende propiciar a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento do setor e facilitar o acesso ao crédito a pequenos produtores rurais, comerciantes e industriais e à população de baixa renda.

Na área social, os senadores aprovaram, entre outros, proposta de iniciativa da Câmara (PLC 7/09) que instituiu a Semana de Mobilização Nacional

para Doação de Medula Óssea, a ser realizada todos os anos entre os dias 14 e 21 de dezembro.

Outro matéria enviada à sanção foi o PLC 1/06, que obriga os planos e seguros privados de assistência à saúde a cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar.

O Plenário transformou em lei, na área penal, o projeto que tipificou o crime de sequestro-relâmpago. Os senadores aceitaram o voto do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao PLS 54/04, que rejeitava emenda apresentada pela Câmara dos Deputados.

Entre os acordos internacionais, foi aprovado memorando de entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Brasil.

MP das hidrelétricas entra na pauta da Casa

Foi lido ontem em Plenário o Projeto de Lei de Conversão 3/09, resultante da Medida Provisória 450/08, que autoriza a União, os estados e o Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE). A matéria veio da Câmara dos Deputados e entra na pauta do Senado.

O fundo prestará garantias

aos bancos que financiarem a construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão da energia. O projeto de conversão é de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que ampliou o leque de atuação do fundo. A princípio, seriam beneficiados apenas projetos dos quais participassem as estatais federais de energia. Agora o mecanis-

mo é extensivo às empresas estaduais, mas as assembleias legislativas precisarão autorizar os governos dos estados a participarem do fundo como cotistas.

O FGEE dará garantias a projetos estaduais considerados estratégicos, ou àqueles previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (Com Agência Câmara.)

Projeto que dá benefícios fiscais a artigos escolares vai a Plenário

A falta de consenso em torno do projeto que estabelece benefícios fiscais para artigos escolares deve levar a matéria para o Plenário. Essa saída foi negociada, ontem, durante o exame da proposta pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual tramitava em caráter terminativo. A comissão aprovou, com emenda, o parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Pontos contrários à proposta (PLS 160/07) foram levantados pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Jefferson Praia (PDT-AM). Enquanto o primeiro pleiteava a retirada da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os materiais escolares importados, argumentando que a medida geraria concorrência desleal com a indústria brasileira, o segundo queria livrar de eventuais prejuízos as empresas do setor instaladas na Zona Franca de Manaus.

O autor do projeto, José Agripino (DEM-RN), concordou em negociar em Plenário o corte no incentivo fiscal à importação de artigos escolares. Mudanças não puderam ser feitas ainda na CAE, segundo observou o presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), porque a fase de discussão da matéria já havia sido encerrada.

O relatório de Marcelo Crivella rejeitou emenda aprovada pela Comissão de Educação (CE), relatada pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Na emenda da CE, havia sido retirada a

isenção do IPI para os materiais escolares, mantendo-se, entretanto, a isenção da Contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Renato Casagrande justificou a retirada do IPI para não prejudicar as finanças municipais, já que o tributo contribui para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Marcelo Crivella considerou, em seu voto, no entanto, que essa supressão tornaria inócua a proposta. Como as alíquotas de IPI podem ser alteradas pelo Poder Executivo, o relator ponderou que o governo poderia elevá-las para compensar as perdas decorrentes da redução a zero das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins. Essa medida inviabilizaria a queda no preço dos materiais escolares, um dos objetivos maiores do próprio projeto.

Garantia-Safra

A CAE também aprovou, em turno suplementar e em caráter terminativo, substitutivo de Renato Casagrande ao PLS 266/03 que possibilita o acesso ao Fundo Garantia-Safra aos proprietários rurais que firmarem contrato de parceria com agricultores familiares para a exploração da propriedade. A proposta garante ainda a agricultores organizados em consórcios e condomínios o direito de contratarem o seguro.



Objetivo da proposta aprovada pela CAE é facilitar o acesso ao material didático

Votação de recursos à Saúde da Família ganha urgência na CAE

Depois de aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, deve ser votada em Plenário, após o destrancamento da pauta, mensagem do Senado Federal (MSF 50/09) relativa a autorização para o governo brasileiro contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 83.450.000, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Essa operação destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II). O pedido para votação em regime de urgência no Plenário foi apresentado pelo relator da matéria na CAE, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Ao defender, na comissão, seu parecer favorável à mensagem, Inácio Arruda observou que esse

empréstimo externo já havia sido autorizado pelo Senado em dezembro de 2008. Conforme explicou, o assunto voltou à Casa porque o Banco Mundial decidiu, de forma unilateral, aumentar o spread aplicável à operação de 0,05% para 0,75%. Como as condições financeiras acertadas anteriormente foram modificadas, fazia-se necessária nova autorização do Senado.

Apesar de a taxa de financiamento ter sido majorada em quase 1.600%, Arruda informou que o governo federal considerou essa captação de recursos mais vantajosa do que se houvesse sido realizada no mercado interno. A manutenção do empréstimo nesses termos foi criticada por diversos senadores, que, no entanto, votaram a favor da matéria.

Audiência pública na CAE mostra que maioria dos senadores quer modificar os critérios de repartição de receitas entre União, estados e municípios; prefeitos apontam situação de insolvência dos municípios e cobram providências urgentes do governo federal



Na audiência, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Garibaldi Alves (E); senador Delcídio Amaral; deputada Rose de Freitas; presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkosky; secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva

Impostos: senadores defendem pacto para salvar municípios

A MAIORIA DOS senadores defende a realização de um novo pacto federativo, com nova repartição de receitas e encargos entre a União, estados e municípios. Foi o que ficou claro na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater os efeitos da redução dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a criação de uma subcomissão – que funcionaria no âmbito da CAE – destinada a discutir o novo pacto federativo. Para ele, sem uma nova ordem federativa, os municípios continuarão a enfrentar graves problemas. O presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), prometeu colocar a proposta em pauta na próxima reunião.

O senador paraense também propôs

– como medida emergencial destinada a dar novo fôlego aos municípios, que sofrem com a diminuição dos recursos do FPM – a imediata suspensão de parte do pagamento das dívidas municipais com a Previdência Social.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que a saída para a crise municipal passa pela rediscussão de um novo pacto federativo. Para o senador, somente após a efetivação desse novo pacto é que o Congresso poderia aprovar a reforma tributária. Ele previu que o projeto de reforma tributária do governo enviado ao Legislativo “difícilmente será aprovado pela Câmara”.

Caixa preta

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a atual situação dos municípios “é caótica e vexatória”,

agravada pela atual crise financeira mundial e pelo endividamento da maioria das prefeituras junto à Previdência Social.

Valadares informou que mais de 2.500 municípios estão impedidos de assinar novos convênios para receber recursos, em virtude de não disporem da chamada certidão de débito previdenciário. Ele sugeriu que o governo crie uma comissão para desvendar o que chamou de “caixa preta das dívidas previdenciárias municipais”. O objetivo seria verificar o que os municípios devem para a União e esta a eles.

Já a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) propôs a imediata suspensão, por 120 dias, do pagamento das dívidas municipais junto à União, para que as prefeituras mais afetadas pela diminuição

do FPM “possam respirar”.

César Borges (PR-BA) afirmou que a questão da diminuição do FPM “é mais política do que técnica”, razão pela qual estranho a ausência, nos debates, do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Garibaldi informou que o ministro havia comunicado que compareceria ao colegiado somente após o governo propor saídas concretas para a crise dos municípios.

Jefferson Praia (PDT-AM) lembrou que a falta de planejamento do Estado é a principal responsável pela atual situação das prefeituras, enquanto o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) frisou que algo tem de ser feito em defesa desses entes federativos.

Também tomaram parte dos debates os senadores Ideli Salvatti (PT-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Confederação aponta “otimismo fantasioso”

Cerca de 700 prefeitos se reuniram ontem, no Auditório Petrónio Portela, como parte da mobilização das prefeituras contra a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, provocada pela queda na arrecadação de impostos em decorrência da crise financeira mundial e da redução do IPI sobre os automóveis.

A mobilização foi promovida pela Confederação Nacional dos Municípios, que elaborou estudo a respeito dos efeitos da crise. No documento, a CNM acusa o governo de tentar “manter um otimismo fantasioso”, projetando crescimento de 2%, “mas a dura realidade já bateu à porta das prefeituras por dois canais de transmissão: as transferências oriundas da União e de ICMS, oriundas dos estados”.

Os prefeitos também estão preocupados com a Medida Provisória 457/09, que trata do parcelamento de débitos dos municípios com a Previdência Social. Segundo o estudo elaborado pela CNM, a MP precisa de modificações, porque não faz justiça aos pequenos municípios – que estariam sendo equiparados aos grandes, para efeito de parcelamento –, além de não prever um encontro de contas, levando em consideração débitos previdenciários que as prefeituras possuem junto ao INSS.

Valter Pereira sugere moratória de seis meses

As dificuldades vividas pelos municípios, principalmente os pequenos, em virtude da queda da arrecadação, exigem uma solução firme e urgente por parte do governo federal, conforme defendeu ontem, em Plenário, o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Segundo ele, o maior problema das administrações municipais é a falta de recursos para arcar com as dívidas cobradas pela Previdência Social.

– É preciso dar um basta. A decretação de uma moratória de pelo menos seis meses, para dar fôlego aos municípios, é medida tão necessária quanto urgente – pregou o parlamentar.

Valter Pereira observou que a crise financeira está castigando os setores privado e público, mas este último tem recebido muito menos atenção do governo.



Para Valter Pereira, “é preciso dar um basta”

César Borges pede rapidez do Planalto

César Borges (PR-BA) pediu da tribuna que o Palácio do Planalto aproveite a presença de quase 700 prefeitos em Brasília e anuncie medidas para aliviar a situação financeira dos municípios. Afirmou que muitos prefeitos já não têm dinheiro para pagar os salários dos servidores e que começa um círculo vicioso nos municípios: as prefeituras não pagam salários e serviços, o comércio não vende e começa a demitir.

O senador disse concordar com a decisão do presidente Lula de reduzir o IPI para o setor automotivo, mas considera que o governo tem a obrigação de socorrer a parte mais afetada pela isenção de IPI, pois 23,5% da arrecadação desse tributo e do Imposto de Renda formam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



César Borges adverte para círculo vicioso

Alvaro critica intenção de emprestar ao FMI

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou disposição do Executivo de emprestar US\$ 10 bilhões das reservas brasileiras ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, análise da redução dos repasses do FPM e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deste ano em relação ao ano passado prevê perdas de 12,4%, o que representa perda de R\$ 16 bilhões nos recursos transferidos pelo governo federal a estados e municípios.

– Até aqui o governo não apresentou solução, apenas pediu aos prefeitos que apertem os seus cintos. Não seria melhor o presidente pedir ao FMI que aperte seus cintos em vez de pedir aos prefeitos? Não seria melhor transferir recursos para atender às municipalidades do que atender ao FMI? – questionou.



Alvaro Dias: governo não apresenta solução

Rosalba quer moratória do INSS para municípios

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) sugeriu ao governo federal que suspenda por 120 dias os pagamentos da dívida que os municípios têm com o INSS para que possam “respirar” e enfrentar a crise econômica. A senadora afirmou que nesse período também deveria ser levantado o real valor dessa dívida, que os prefeitos alegam desconhecer, e ao final dos 120 dias seria feita uma repactuação.

Ela lembrou que a maioria dos municípios depende quase que exclusivamente dos repasses do FPM, que em 2009 deverá apresentar uma queda de R\$ 8 bilhões.

Em seu pronunciamento, Rosalba Ciarlini foi apartada pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Augusto Botelho (PT-RR).



Senadora defende repactuação da dívida existente

Senado não pode se omitir, diz Expedito

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu a criação urgente de mecanismos para compensar os municípios que sofreram redução nos repasses do FPM. Advertiu que o Senado não pode se omitir, achando que a responsabilidade pela situação que as prefeituras enfrentam é só do governo federal. Ele conclamou os demais senadores a se empenharem na busca de uma saída para a crise que contemple a compensação das perdas que os municípios vêm sofrendo.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governo por não conceder desoneração de tributos cuja arrecadação seja destinada exclusivamente à União.

Expedito Júnior registrou ainda o lançamento em seu estado da 26ª Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa.



Expedito Júnior quer compensação a municípios

Augusto defende proposta sobre saúde

Ao lembrar a passagem, ontem, do Dia Mundial da Saúde, Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo pela aprovação na Câmara do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, aprovada em 2000. A proposta, de Tião Viana (PT-AC), foi aprovada no Senado em 2008. A Emenda 29 define o percentual mínimo de investimentos que a União, estados e municípios são obrigados a destinar para a saúde.

– Fui relator do projeto e sei que, infelizmente, protelar a regulamentação da Emenda 29 traz uma perda anual de cerca de R\$ 20 bilhões em investimentos para o setor da saúde pública – disse.

Augusto também parabenizou os jornalistas brasileiros pela passagem, ontem, do dia dedicado à categoria.



Augusto pede a regulamentação da Emenda 29

IMPORTAÇÕES

Camata apela por manutenção de acordo

Gerson Camata (PMDB-ES) fez um apelo aos governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung, e de São Paulo, José Serra, para que se encontrem, negociem e mantenham o acordo que envolve o financiamento das importações feitas pelo Porto de Vitória. O senador ainda encaminhou um requerimento, também assinado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), de voto de solidariedade com as vítimas do terremoto na cidade italiana de L'Aquila.

TELEFONIA

Paim protesta contra demissões na Nova Oi

A "quebra do compromisso firmado pelas empresas de telefonia Oi e Brasil Telecom" – cuja fusão resultou na criação da Nova Oi – de manterem todos os empregados motivou protestos de Paulo Paim (PT-RS). Segundo ele, houve centenas de demissões no Rio Grande do Sul. O senador ainda se solidarizou à moção encaminhada pela Câmara Municipal de Caxias do Sul ao Ministério da Agricultura, apoiando portaria que estabelece em R\$ 0,46 o preço mínimo de comercialização do quilo de uva.

ARMAS

Suplicy profere palestra antiviolença em escola

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou palestra proferida por ele na Escola Nossa Senhora das Graças, em São Paulo, sobre como construir uma sociedade menos violenta e mais justa. Foi nessa escola – que o senador disse ter frequentado do jardim à 4ª série do ensino fundamental – que um aluno levou uma arma e alguma munição para mostrar aos colegas, há cerca de duas semanas. Suplicy afirmou que falou aos alunos sobre a importância de não ter arma em casa.

Presidente da CNA e representantes de trabalhadores agrícolas e da agricultura familiar cobram adoção de um plano que atenua a crise e permita o crescimento da produção

Produtores pedem política definitiva para o setor rural

TANTO REPRESENTANTE DOS produtores rurais como o representante de trabalhadores e agricultores familiares cobram ontem do governo federal a elaboração de um plano agrícola definitivo, que atenua a crise enfrentada pelo setor e que também permita a trajetória de crescimento da produção do país. As manifestações foram feitas durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutiu a antecipação de crédito para o Plano Safra 2009/10.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), argumentou que os produtores não conseguem pagar suas dívidas e enfrentam os efeitos da crise financeira mundial, além de uma turbulência interna, com queda da safra e alto endividamento.

– A crise no setor é inegável e as consequências, caso os produtores não tenham mais crédito, poderão ser a redução da área plantada e, em razão disso, a diminuição da oferta de produtos agrícolas para o consumidor brasileiro – alertou.

Kátia Abreu informou que a crise interna no setor se deu por



Kátia Abreu (ao lado de Valter Pereira): setor já não consegue pagar suas dívidas

três principais motivos: a perda de produtividade causada pela seca, em particular em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; a ferrugem asiática; e o dólar flutuante.

Isenção e crédito

Kátia Abreu apresentou uma série de sugestões para "salvar" a safra 2009/10. Entre essas ações estão a reclassificação do crédito, a instituição de fundo para financiamento, a isenção de IOF nas operações de crédito rural e a criação de um programa de subvenção ao frete.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),

Antonino Rovaris, disse que o Brasil agrícola vive de planos em planos governamentais, marcados pela descontinuidade e pela falta de confiança no setor.

– Essa é a realidade da política agrícola brasileira – lamentou Rovaris, explicando que a Contag não está apenas lutando pela elevação de recursos e créditos, mas pela garantia de renda que possa manter o pequeno agricultor no campo. Contou que grande parte dos 655 mil agricultores familiares que poderiam renegociar suas dívidas junto aos bancos oficiais não o fez, recentemente, porque "não tem mais o que renegociar".

Diretor defende plano de safra mais duradouro

O diretor de programas do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, disse na audiência pública que o Executivo já pensa na nova safra e o foco está nas operações de crédito, no preço e no seguro da produção. Ele defendeu um planejamento maior para o setor agrícola para que não sejam necessários planos anuais.

O Plano Safra foi instituído pelo governo com o objetivo de manter a produtividade pelo menos no mesmo nível da safra de 2007, explicou Bittencourt.

A maior dificuldade do financiamento do setor rural, avaliou o diretor, não é a renegociação, mas o tempo em que o produtor fica inadimplente. Ele disse que os produtores que têm condições de pagar suas dívidas muitas vezes não o fazem na expectativa de serem beneficiados

com um eventual perdão.

O gerente-executivo da Diretoria de Crédito do Banco do Brasil, Ewerton Gonçalves Chaves, afirmou que a carteira de crédito agrícola é um setor lucrativo para a instituição. Ressaltou que 90,6% da carteira não possui renegociação e que 86,4% dos clientes estão localizados na melhor faixa de risco do Banco Central.

Ainda assim, os bancos oficiais não podem prescindir das formalidades contratuais necessárias às operações de crédito agrícola, observou o representante do BB, em resposta ao presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), e ao senador Gilberto Goellner (DEM-MT). "Como supervisores bancários, temos que fazer com que os bancos operem de maneira segura, não podendo

abdicar das formalidades e atos que concedam segurança às operações", explicou.

Por sua vez, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Alvir Alberto Hoffman, afirmou que as operações de crédito rural oferecidas pelas instituições brasileiras podem ser reclassificadas no que diz respeito ao risco. Esclareceu que a reclassificação obedece à Resolução 2.682/99 do BC, que estabelece critérios para a classificação de riscos em operações de crédito.

Valter Pereira anunciou que a discussão sobre o assunto terá continuidade em outra audiência pública. O senador sugeriu que, após os debates, a comissão encaminhe ao Executivo documento com sugestões concretas para "socorrer a agricultura".

Diplomatas: "África vê Brasil como parceiro"

Os países africanos em busca do desenvolvimento veem o Brasil como um parceiro, disseram ontem os indicados para ser embaixadores brasileiros em dois países daquele continente – Camarões e Tanzânia –, Orlando Galvão Oliveira e Francisco Carlos Soares Luz.

Os dois ministros de segunda classe foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As mensagens de indicação serão agora apreciadas em Plenário.

– Existem diferentes percepções a respeito do Brasil na África. Mas, em todas elas, há um elemento comum: o Brasil é visto como um irmão que deu certo – disse Galvão, ao responder pergunta de João Pedro (PT-AM).

Em suas exposições aos senadores da comissão, os diplomatas ressaltaram a importância de se ampliar tanto a cooperação técnica – sobretudo nas áreas de saúde, educação e agricultura – quanto o intercâmbio econômico com os países africanos.

Brasileiros já têm promovido o treinamento de técnicos de Camarões no combate à malária, informou Galvão, e há, em sua opinião, possibilidade de cooperação também no combate à Aids. Na área de agricultura, programas de transferência de tecnologia para a plantação de cacau e algodão já se encontram em andamento, de acordo com o diplomata. Os dois países estão ainda negociando a ampliação do ensino da língua portuguesa naquele país.

Segundo Soares Luz, o projeto que mais interessa ao Brasil na Tanzânia é o da produção de etanol, para a qual, em sua opinião, existe um potencial "inegável" no país e no vizinho Moçambique. Os investimentos feitos na Tanzânia poderão gerar mercado para a exportação de equipamentos brasileiros de produção de álcool, previu.

Renda mínima

Durante a reunião, Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou-se à disposição dos dois embaixadores para ajudar na implantação de programas de renda mínima. As mensagens de indicação dos embaixadores junto a Camarões e à Tanzânia tiveram como relatores, respectivamente, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Renato Casagrande (PSB-ES).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Wellington Salgado

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PESAR

Jarbas lamenta morte de Luiz Pinto Ferreira

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do ex-senador pernambucano Luiz Pinto Ferreira, ocorrido ontem. Luiz Ferreira era professor de Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Entre 1962 e 1963, exerceu o mandato de senador, filiado ao antigo PTB. Também foi um dos fundadores e depois presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Pernambuco.

DENÚNCIA



Gerardo Magela

Flexa condena serviços de saúde do Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o Pará não tem o que comemorar no Dia Mundial da Saúde, celebrado ontem, tendo em vista a oferta deficiente de serviços hospitalares à população da capital e do interior. Segundo o senador, a população vem sofrendo com o aumento dos casos de dengue, e "nada foi feito" pelo governo estadual em relação às mortes de recém-nascidos ocorridas no Hospital da Santa Casa de Belém, em 2008. Ele também criticou a existência de hospitais inacabados.

COMEMORAÇÃO

Serys registra aniversário de Cuiabá

Serys Silessarenko (PT-MT) registrou o aniversário de 290 anos de Cuiabá, comemorado hoje. A cidade pretende tornar-se uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. A senadora informou que o governo do estado deverá investir ao menos R\$ 1 bilhão em obras com essa finalidade. Ela também apontou problemas da cidade, que tem mais de meio milhão de habitantes: 40% dos bairros enfrentam falta de infraestrutura básica, como água e esgoto.

HOMENAGEM

Mozarildo celebra Dia do Jornalista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou ontem a passagem do Dia do Jornalista. O senador destacou a importância da imprensa para a democracia, afirmou que é melhor ter a imprensa livre do que não ter acesso às informações. Ele defendeu a formação específica para o exercício da profissão, recordando que essa é uma luta iniciada já no 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918. Também cumprimentou todos os jornalistas que fazem a cobertura do Senado.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça permite ao comprador abater com dinheiro do Fundo de Garantia saldo devedor de financiamento feito por fundo de pensão

CCJ amplia uso de FGTS para pagar prestação de imóvel

OS FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS feitos por fundos de pensão (entidades fechadas de previdência complementar) poderão vir a ser pagos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Proposta nesse sentido, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 68/04) modifica a legislação do FGTS (Lei 8.036/90), para autorizar a operação, uma vez que a utilização dos recursos do Fundo de Garantia para aquisição de moradia só é permitida pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Ao justificar a necessidade da proposta, Paim explica que o trabalhador pode obter financiamento em outras instituições dispostas a investir em moradia, como os fundos de pensão, ficando então aliado da possi-



Gerardo Magela

Paulo Paim, autor do projeto que cria opção de pagamento da casa própria

bilidade de utilizar dinheiro do seu FGTS para reduzir o saldo devedor.

Para o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto favorece a democratização do acesso à moradia. "Nada mais justificável que permitir a utilização dos recursos das contas vinculadas do FGTS para pagamento de outros financiamentos ofertados pelo

mercado, além dos limites do Sistema Financeiro de Habitação", argumentou o senador.

A proposição será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em caráter terminativo, ou seja, sem necessidade de envio ao Plenário.

Herói mirim

A CCJ também aprovou ontem projeto (PLS 654/07) do senador Paulo Duque (PMDB-RJ) que solicita que a União conceda a Medalha de Distinção de 1ª Classe ao menino Riquelme Wesley dos Santos, "pelos serviços extraordinários prestados em Palmeira (SC)".

O homenageado, de apenas 5 anos, enfrentou um incêndio no dia 8 de novembro do ano passado para salvar outra criança, uma menina de 1 ano e 10 meses, cuja casa estava em chamas.

Proposta reduz a idade do voto facultativo para 65 anos

O alistamento eleitoral e o voto poderão deixar de ser obrigatórios para os brasileiros com mais de 65 anos. É o que determina proposta (PEC 34/04), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta altera o artigo 14 da Constituição, que permite o alistamento eleitoral e o voto facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos, os maiores de 16 e menores de 18 anos.

Zambiasi justificou a alteração pela necessidade de uniformizar o tratamento legal conferido aos idosos. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou parecer favorável. "Nada justifica a manutenção do atual limite de 70 anos para a obrigatorie-



Gerardo Magela

Sérgio Zambiasi defende tratamento legal uniforme para os idosos

dade do voto e do alistamento eleitoral na Constituição federal se a própria Lei Maior adota a idade de 65 anos para fins de promover tal discriminação positiva no âmbito previdenciário e social", afirma Mercadante em seu parecer.

Patrícia Saboya critica ideia de envio de menores para a cadeia

Patrícia Saboya (PDT-CE) disse ontem, em discurso no Plenário, que teme a possibilidade de os jovens menores de 18 anos tornarem-se criminalmente imputáveis, graças a vários projetos em tramitação no Congresso.

A senadora mencionou pesquisa apontando que 87% da população brasileira aprova a redução da idade penal dos jovens que cometem infrações. Segundo ela, a sociedade quer ver esses jovens na cadeia não por maldade, mas por sede de segurança, já que paga seus impostos e quer policiamento.

De acordo com Patrícia Saboya, entretanto, apenas 10% dos crimes no Brasil são cometidos por jovens menores de 18 anos; os outros 90% são prati-



Jonas Pereira

Senadora lembra que no país 10% dos crimes são cometidos por menores

cados por adultos. A senadora criticou políticos que "aproveitam uma onda de apelos na sociedade" e defendem o envio dos jovens para a cadeia, como se lá tivessem alguma chance de reabilitação.

Comissão enfatiza: parlamentar não pode ter emissora

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu enviar a todas as comissões permanentes da Casa recomendação no sentido de que os parlamentares não podem figurar como diretores, proprietários ou controladores de empresas de rádio e televisão, conforme norma constitucional. Se esse for o caso, qualquer pedido de outorga, renovação de concessão, permissão ou autorização de emissoras deve ser rejeitado. A decisão foi tomada ontem após a Comissão de Justiça e Cidadania aprovar consulta ao colegiado feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo ele, há muitos questionamentos da imprensa sobre o tema.

Mário Couto volta a pedir CPI e mais investimentos em estrada

Em discurso feito ontem, o senador Mário Couto (PSDB-PA) cobrou investimentos em rodovias, especialmente nas que servem o seu estado. Ele defendeu, mais uma vez, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Licitações para a construção de rodovias e outras obras estariam "eivadas de irregularidades, como superfaturamento", disse o parlamentar.

—A Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e a eclusa de Tucuruí são três licitações anuladas. E ainda tem senador que me diz que o papel dele aqui não



Gerardo Magela

Inácio Arruda classifica como "orgia nacional" juros da dívida pública

Arruda quer taxas menores para superávit primário

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou em Plenário ter apresentado uma emenda à Medida Provisória 460 para que o superávit primário seja reduzido para 0,5%, do produto Interno bruto (PIB), de forma a permitir que os recursos hoje economizados pelo governo federal para pagamento da dívida pública sejam utilizados em investimentos na economia. A meta de superávit primário é hoje de 3,8% do PIB.

O parlamentar disse que não há nenhum país do mundo praticando superávit primário nesta época de crise. Trata-se, afirmou, de "uma coisa estúpida". Inácio Arruda qualificou o pagamento de juros da dívida pública como "uma orgia nacional", que consumiu ano passado R\$ 180 bilhões e cujos gastos devem chegar este ano a R\$ 140 bilhões. Criticou ainda os juros altos e o câmbio valorizado, que na opinião dele atrapalham o desenvolvimento do país.

Inácio Arruda considerou "muito estranho" que quase todos os países tenham abaixado as taxas de juros, enquanto o governo brasileiro as mantém altas. Ele lamentou o fato de o governo recorrer a contingenciamentos no orçamento federal para manter o superávit primário. Citou a pasta do Esporte, comandada pelo ministro Orlando Silva, de seu partido, onde os cortes de recursos em apenas um programa, o Segundo Tempo, deixaram meio milhão de crianças sem atividade esportiva e causaram a demissão de 17 mil professores de educação física. Arruda recebeu vários apertes.



Gerardo Magela

Couto diz que insistirá na criação de CPI para apurar desvios no Dnit

é fazer CPI — protestou.

Segundo Mário Couto, "99,9% das estradas" estão em péssimas condições de uso. Ele destacou ainda a situação da rodovia Transamazônica, nunca concluída.

AÇÃO INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

Estudantes de diversas regiões do país apresentaram ontem, no Senado, a Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais. O documento é resultado da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – realizada em Luziânia (GO).

A carta foi entregue em reunião presidida pelo vice-presidente da Casa, senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Também compuseram a mesa Ideli Salvatti (PT-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

COMISSÃO PODE ADOPTAR VIDEOCONFERÊNCIA

O sistema de videoconferência poderá ser utilizado pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas na realização de audiências públicas. A sugestão foi feita ontem ao colegiado pelo diretor de Planejamento e Fomento do Interlegis, José Dantas Filho.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), que preside a comissão, as sugestões do diretor do Interlegis estão em conformidade com os interesses do colegiado de elaborar, organizar, divulgar e fiscalizar proposições relativas às questões climáticas. “Essa é uma comissão que precisa dialogar muito com a sociedade, com a comunidade”, disse a senadora.

CPI QUER DADOS DE CONTRATO COM FINATEC

Requerimento aprovado ontem pela CPI das ONGs solicita ao governador do Piauí, Wellington Dias, a relação de nomes e dados cadastrais dos especialistas que trabalharam na execução de contrato firmado com a Finatex em 2003. O requerimento é do presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Outros quatro requerimentos aprovados, também de Heráclito, referem-se à quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de entidades ligadas à reforma agrária, entre elas o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac).

Projeto de reforma do regimento pode sair 3ª

A comissão especial que estuda a reforma do Regimento Interno do Senado pode apresentar na próxima terça-feira a sua proposta final. Foi o que afirmou ontem, durante reunião, o presidente do colegiado, senador Marco Maciel (DEM-PE). O texto será entregue sob a forma de projeto de resolução.

Maciel informou que, assim que estiver pronta, a proposta será enviada à Mesa, quando poderá receber emendas e, depois, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça. Após receber o parecer desse colegiado, o texto será analisado e votado em Plenário.

O relator da comissão, Gerson Camata (PMDB-ES), disse esperar que o projeto seja aprovado até o final do semestre.

A comissão especial sugeriu várias alterações e acréscimos ao regimento, que possui pouco mais de 400 artigos. Entre as mudanças, incluem-se a que visa aumentar o poder das comissões (ao ampliar sua capacidade de emitir decisões terminativas); a que regulamenta o funcionamento de CPIs; e a que amplia as hipóteses de regime de urgência.

Há sugestões de Gerson Camata que ainda poderão ser incorporadas ao texto, como a de redução das comissões permanentes da Casa – de 11 para sete.



Camata e Maciel durante reunião do colegiado

Responsabilidade do presidente do BC

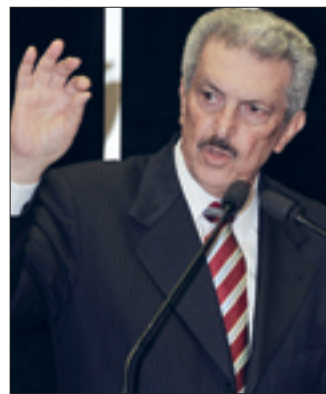
Como o presidente do Banco Central tem o status de ministro, ele também poderia ser processado e julgado pelo Senado nos casos de crimes de responsabilidade. A proposta foi apresentada ontem por Gerson Camata, relator da comissão especial que estuda a reforma do regimento da Casa.

O senador fundamenta sua proposta no artigo 52 da Constituição. De acordo com esse item, compete privativamente ao Senado “processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República, nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado (...) nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles”. Esse trecho é reproduzido pelo artigo 390 do Regimento Interno do Senado.

Camata lembrou que o cargo de presidente do BC obteve status de ministro em 2004, quando o presidente Lula editou medida provisória com esse objetivo. Na época, a iniciativa foi criticada pela oposição porque visaria, na verdade, proteger Henrique Meirelles de um eventual processo judicial.

Castelo de Areia: procuradora isenta partidos e parlamentares

Corregedor do Senado, Romeu Tuma, diz que procuradora Karen Jeanette informou que “não há nenhum procedimento dentro da documentação que ela orienta”. Agripino quer esclarecer vazamento à imprensa



Romeu Tuma vai apresentar relatório sobre caso de doações

O CORREGEDOR DO Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), disse ontem, em Plenário, que, segundo a procuradora Karen Jeanette Kahn, “não há nenhum procedimento contra partido ou parlamentar dentro da documentação que ela orienta” – no caso relativo à Operação Castelo de Areia. Tuma informou ao presidente do Senado, José Sarney, que apresentará um relatório sobre o caso.

De acordo com a imprensa,

em conversas telefônicas captadas durante a operação da Polícia Federal, foram citados os nomes dos senadores José Agripino (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como beneficiários de doações eleitorais da empresa. Os dois parlamentares se defenderam em Plenário, argumentando que todas as doações recebidas eram para os diretórios regionais de seus partidos e que foram feitas legalmente.

Agripino disse que tomará

providências sobre o caso.

– Não há nada, mas houve muita insinuação. As insinuações vão ficar claras: de onde partiram os vazamentos? Com que objetivo? Quem está por trás disso? Acho que o senador Romeu Tuma, como corregedor, é o homem habilitado para descobrir de onde partiram os vazamentos. Não vai ficar tudo por isso mesmo não. Acho que providências têm que ser tomadas no campo institucional.

Flexa Ribeiro diz que Tarso Genro terá de dar explicações

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou ontem que participará da audiência pública para a qual foram convidados o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa. Nessa reunião, a ser realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Tarso Genro e Luiz Fernando Corrêa prestarão esclarecimentos sobre a Operação Castelo de Areia, que investigou, entre outros assuntos, supostas doações ilícitas da empreiteira Camargo Corrêa a partidos políticos.

– Teremos a oportunidade

de questionar o ministro sobre que tipo de Polícia Federal ele quer que o Brasil tenha – declarou Flexa Ribeiro.

O senador criticou Tarso Genro e a Polícia Federal devido à informação de que ele [Flexa Ribeiro] teria sido beneficiado pela Camargo Corrêa com a transferência irregular de recursos. Flexa Ribeiro reiterou que os repasses dessa empresa para o PSDB do Pará – destinados à campanha eleitoral do ano passado – foram todos realizados dentro da lei.

– É lamentável que eu tenha de voltar à tribuna para tratar desse tema – disse ele.

Mão Santa: Senado é capaz de resolver seus problemas

A atual composição do Senado “é a melhor em cem anos”, disse ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI). Para ele, as denúncias de que a instituição vem sendo alvo decorrem de “alguns deslizes administrativos”.

– Temos problemas, mas temos capacidade para resolvê-los – afirmou o parlamentar.

Mão Santa mencionou os problemas vividos pela Igreja Católica ao tempo de Martinho Lutero (1483-1546), fundador do protestantismo, o que não impediu, salientou, a sobrevivência do catolicismo. Lutero teria apontado 96



Mão Santa afirma que senadores continuam sendo “pais da pátria”

deslizes da Igreja.

– Houve aqui alguns deslizes administrativos, mas continuamos sendo os pais da pátria.

Cristovam não defende plebiscito sobre Congresso

Os termos de uma entrevista em que mencionou a possibilidade de plebiscito para se decidir sobre o fechamento do Congresso Nacional foram explicados ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo o parlamentar, ele disse a uma rádio de Pernambuco que, a permanecer a falta de sintonia e o divórcio entre o Congresso e o povo, havia a possibilidade de alguém propor um plebiscito com esse propósito. A declaração ganhou maior repercussão depois que o senador mencionou a entrevista em pronunciamento no Plenário



Cristovam explica entrevista que concedeu a emissora de rádio

na segunda-feira.

– Eu não disse que estava propondo o plebiscito para decidir sobre o funcionamento ou não do Congresso – declarou Cristovam.

Crivella contesta informações veiculadas em noticiário

Marcelo Crivella (PRB-RJ) rebateu ontem matéria do *Correio Brasileiro* segundo a qual ele teria afirmado, em aparte a discurso de Cristovam Buarque (PDT-DF), que a imprensa considerara o projeto que prevê a representação de emigrantes na Câmara dos Deputados como “uma boquinha”.

– Quem disse isso foi o senador Cristovam.

Crivella contestou ainda matéria do *Valor Econômico* sobre o projeto Cimento Social, no Morro da Providência (Rio de Janeiro). Observou que é falsa a afirmação de



Foram gastos R\$ 900 mil para construir 150 casas, diz senador

que teriam sido gastos R\$ 3,6 milhões para construir apenas 30 casas. O número correto, informou, é a construção de 150 casas por R\$ 900 mil.